



REQUERIMENTO Nº 011/2026

Autor(es)/Signatário (s) Vereador João Pereira Partido dos Trabalhadores	Assunto Requerer o envio de informações relativas ao Orçamento do Município de Teresina – Exercício Financeiro de 2026
---	--


Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Teresina,
Estado Piauí.

Senhor Presidente,

O Vereador **João Pereira**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, requer, na forma regimental, que seja encaminhado expediente à **Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação – SEMPLAN**, da Prefeitura Municipal de Teresina, solicitando o envio a esta Casa Legislativa das seguintes informações relativas ao **Orçamento do Município de Teresina – Exercício Financeiro de 2026**:

1. **QDD – Quadro Detalhado de Despesas** completo do orçamento municipal de 2026, contendo o detalhamento por órgão, unidade orçamentária, programas, ações, projetos, atividades, elementos e fontes de recursos;
2. **Relatório atualizado da execução orçamentária do exercício de 2026**, contendo valores empenhados, liquidados e pagos por órgão e por ação orçamentária;
3. **Relação das suplementações, anulações e remanejamentos orçamentários já realizados no exercício de 2026**, com indicação dos decretos ou atos administrativos que autorizaram tais alterações;
4. **Quadro comparativo do QDD dos exercícios de 2025 e 2026**, permitindo a análise das variações orçamentárias entre os exercícios;
5. Encaminhamento das informações **preferencialmente em formato digital editável (Excel ou similar) e também em PDF**, para facilitar a análise técnica por parte desta Casa Legislativa.

Teresina(PI), 10 de março de 2026


João Pereira- PT
Vereador





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310034003200300035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por finalidade garantir o pleno exercício da função fiscalizadora do Poder Legislativo Municipal sobre a gestão orçamentária e financeira do município, assegurando transparência e controle sobre a aplicação dos recursos públicos.

O **Quadro Detalhado de Despesas (QDD)** constitui instrumento fundamental para a compreensão da execução do orçamento municipal, pois apresenta o desdobramento das dotações aprovadas na Lei Orçamentária Anual, possibilitando identificar com maior precisão a destinação dos recursos públicos, os programas governamentais priorizados e a distribuição dos investimentos entre os diversos órgãos da administração pública.


A solicitação encontra respaldo no **artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal**, que assegura a todos o direito de receber dos órgãos públicos informações de interesse coletivo ou geral, bem como na **Lei Federal nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação**, que estabelece que a administração pública deve garantir transparência e acesso às informações relativas à gestão pública.

Da mesma forma, a **Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal**, em seus princípios de transparência da gestão fiscal, determina que a administração pública deve assegurar amplo acesso às informações relacionadas ao planejamento, execução e controle das contas públicas.

O acesso às informações ora solicitadas permitirá uma análise mais profunda da programação orçamentária do município, bem como da execução financeira ao longo do exercício de 2026, contribuindo para o fortalecimento do controle institucional, da transparência pública e da atuação parlamentar na defesa dos interesses da população de Teresina.

Diante da importância da medida, solicitamos a atenção do Poder Executivo para a realização do referido serviço com a maior brevidade possível.

Teresina(PI), 10 de março de 2026


João Pereira- PT
Vereador





Autenticar documento em <http://www.splonline.com.br/cmteresina/autenticidade>
com o identificador 310034003200300035003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP
nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.